

## Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum

**Débora Franco Lerrer**

Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ  
Endereço profissional: rua Almirante Alexandrino, 1458, apartamento s-301, Santa Teresa,  
20.261-263 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Endereço eletrônico: [debora.lerrer@uol.com.br](mailto:debora.lerrer@uol.com.br)

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo interpretar questões que envolvem os movimentos sociais contemporâneos, tomando como viés o fato de que a visibilidade de suas lutas depende profundamente da mediação dos meios de comunicação de massa, já que em sociedades complexas, definidas também como “sociedades da informação”, a própria experiência da realidade social assenta-se nas informações oriundas de escalas locais, nacionais e planetária, recebidas de fontes e aparatos tecnológicos diversos, observando-se, porém, que estas mensagens são reforçadas por redes de relações interpessoais, como vizinhança, parentesco, ambiente de trabalho, estudo e/ou lazer. Este raciocínio teórico será desenvolvido a partir de três prisões de Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha Jr., o mais conhecido líder do MST do Pontal do Paranapanema.

**Palavras-chave:** reforma agrária, movimentos sociais, meios de comunicação de massa, senso comum, mediação.

### Resumen

#### Movimientos sociales, medios de comunicación y construcción de un nuevo sentido común

Este trabajo tiene como objetivo interpretar cuestiones que involucren los movimientos sociales contemporáneos, teniendo en cuenta el hecho de que la visibilidad de sus luchas depende profundamente de la intervención de los medios de comunicación de masas, ya que en sociedades complejas, definidas también como "sociedades de la información", la propia experiencia de la realidad social se asienta en las informaciones procedentes de escalas locales, nacionales y planetarias, recibidas a través de fuentes y aparatos tecnológicos diversos, observándose, sin embargo, que estos mensajes son reforzados por redes de relaciones interpersonales, como vecindario, parentesco, ambiente de trabajo, estudio y/o ocio. Este razonamiento teórico será desarrollado a partir de tres encarcelamientos de Diolinda Alves de Souza, mujer de José Rainha Jr., el más conocido de los líderes del Movimiento de los Sin Tierra (MST), en la región de Pontal do Paranapanema.

**Palabras clave:** reforma agraria, sentido común, movimientos sociales, medios de comunicación de masas, mediación.

### Abstract

#### Social movements, media and the construction of a new common sense

This paper aims at interpreting issues involving contemporary social movements from the perspective of the assumption that the visibility of their struggles is highly dependent on the mediation of mass media. This happens because in complex societies, also known as

“information societies”, the experience of social reality itself is based on information originated in local national and global levels, received from many sources and technological apparatuses. It must be pointed out, though, that these messages are reinforced by interpersonal relationship networks, as neighbourhood, kinship, work, school or leisure environments. This theoretical reasoning will be developed through the analyses of three imprisonment of Diolinda Alves de Souza, the wife of José Rainha Jr., the most widely known MST leader in Pontal do Paranapanema, São Paulo.

**Key-words:** agrarian reform, social movements, mediation, common sense, mass media

## Introdução

Diolinda Alves de Souza foi presa três vezes no Estado de São Paulo. A primeira, no dia 30 de outubro 1995, quando foi trazida para o Presídio do Carandiru, na capital paulista, e ficou 17 dias na prisão. A segunda ocorreu menos de três meses após sua soltura, no início de 1996, mas desta vez ela ficou reclusa em um presídio em Teodoro Sampaio. A última ocorreu sete anos depois, em 10 de setembro de 2003, no primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva, quando permaneceu na prisão até novembro do mesmo ano.

As duas primeiras prisões de Diolinda ocorridas no estado de São Paulo ocorreram em período onde as lutas por reforma agrária naquela região vinham conquistando grande visibilidade nos meios de comunicação de massa. A última, ocorreu em um período em que – imaginava-se – a demanda pela democratização da propriedade da terra estaria representada dentro do governo recém eleito, de um partido, o PT (Partido dos Trabalhadores), que historicamente havia se associado a essas lutas, muitas vezes tendo ajudado a intermediar negociações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST, do qual Diolinda e seu marido José Rainha Jr. eram parte.

Estas três prisões ajudam a ilustrar o que, sob o ponto de vista deste trabalho, continua a ser um dos grandes desafios de quem luta pela reforma agrária no Brasil: vencer a indiferença dos vários setores da sociedade a esta particular demanda. Isto porque além da repressão que se abateu sobre esta luta depois do golpe de 64, e o enorme êxodo rural ocorrido no país nos últimos 30 anos, o próprio mundo dos sertões brasileiros foi se distanciando cada vez mais das preocupações da esmagadora maioria da população que hoje se aglomera nas cidades, já com muitos desafios políticos e sociais a enfrentar. É também nas cidades, onde se concentram pessoas com maior grau de instrução e acesso a diversas fontes de informação, onde se forma esta entidade curiosa e às vezes tão poderosa chamada “opinião pública”, cujos humores e pendores políticos são costumeiramente alimentados pelo que é pauta dos grandes meios de comunicação de massa.

A desinformação que permeia esse assunto, a falta da divulgação de dados sobre a estrutura fundiária brasileira e mesmo de informações favoráveis à democratização da terra em grande escala, em um país de desigualdades sociais impactantes como o Brasil, explicitam não somente a força política dos setores contrários à reforma agrária, mas também que há uma mentalidade que favorece a permanência estrutural da desigualdade na história do país, e mais especificamente, da concentração da propriedade da terra, fenômeno naturalizado e enraizado na formação da sociedade brasileira, e, portanto, pouco problematizado. Apesar da emergência dos movimentos sociais do campo após a redemocratização do país - que retomaram o fio da meada que havia sido rompida pelo Golpe de 64 – o imaginário social do brasileiro tem a tendência de acomodar a situação fundiária do país na categoria dos fenômenos imutáveis, portanto, não sujeito a disputa.

Um dos agentes de construção do imaginário social do brasileiro, o jornalista, acaba por reproduzir essa interpretação, fruto das interações sociais da qual ele faz parte. As palavras, matéria-prima do jornalismo, como demonstra Mikhail Bakhtin, “são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1992, 41). São elas também “os indicadores mais sensíveis de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que despontam, que ainda não tomaram

forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados” (Idem). Por outro lado, como o próprio autor ressalta, no processo de relação social, onde se produzem os significados, estas palavras são marcadas pelo “horizonte social” da época e de um grupo social determinado. Logo, apesar de muitas vezes ter até opiniões favoráveis à reforma da estrutura fundiária brasileira, os profissionais da imprensa possuem ainda arraigado em seu imaginário a concepção da naturalidade deste estado de coisas e uma tendência a reproduzir categorias de percepção, as tais “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê” (BOURDIEU, 1997, p. 25), que favorecem a manutenção do monopólio da terra.

Por outro lado, como observa Castoriadis, a estrutura fundiária concentrada do Brasil é inseparável “da maneira de ser” da sociedade brasileira e só será problematizada de fato quando este modo de ser brasileiro reconhecer isso como um problema (1982, p. 163). Ou seja, de certo modo, apesar do reconhecimento genérico da necessidade de se resgatar a dívida social do país, o fato é que o caminho de construção de uma institucionalidade disposta efetivamente a resolver a questão agrária - uma alternativa efetiva para isso - é inseparável da construção de um imaginário central da sociedade brasileira que veja este fenômeno como um problema. Se até as próprias esquerdas e mesmo intelectuais progressistas consideravam que não havia mais problema agrário brasileiro até a emergência vibrante do Movimento Sem Terra, que dirá o resto da sociedade. Como o próprio Castoriadis explicita,

Os homens só chegam precisamente a resolver esses problemas reais, na medida em que se apresentam, porque são capazes do imaginário; e por outro lado, que esses problemas só podem ser problemas, só se constituem como estes problemas que tal época ou tal sociedade se propõem a resolver, em função de uma imaginária central da época ou da sociedade considerada” (Idem).

É importante levar em conta que em sociedades complexas como a atual, chamadas também de “sociedades da informação”, os jornalistas são construtores privilegiados deste imaginário porque mediadores por excelência, ou seja, no dizer de Michel Vovelle, são “correias de transmissão de uma cultura, um saber”. No caso específico da atividade que desempenham nos meios de comunicação, eles são exemplos do grupo de mediadores “por função”, pois a natureza de sua atividade os “coloca entre o universo dos senhores e dos dominados” (VOVELLE, 1991, p. 216)

Esses espaços virtuais existentes nos meios de comunicação de massa, onde são deflagrados os debates sobre a sociedade brasileira são ocupados por uma produção eminentemente simbólica (as matérias jornalísticas) que refletem e refratam a realidade e podem ser idealmente tomados como “espaços públicos” do debate agrário brasileiro. Para existir como demanda política e ser reconhecida pelo Estado e, mesmo, por membros do grupo com quem está sendo disputada politicamente, a reforma agrária reivindicada pelos movimentos sociais do campo tem que ocupar também este espaço e não só as terras que têm por alvo em suas mobilizações.

Em suma, a visibilidade da demanda por reforma agrária e da resposta política do Estado brasileiro para esta questão, tanto em termos de ações concretas ou de repressão a essa demanda, depende muito do seu acesso à cena pública através de mobilizações e do que é posteriormente descrito nos jornais, revistas de circulação nacional, programas de TV e de rádios do país e, mais recentemente, em sites da Internet. Por outro lado, a produção midiática sobre os conflitos do campo são inclusive incorporadas dentro de processos judiciais, e seus textos podem aparecer reproduzidos nas peças de denúncia dos promotores contra líderes dos MST<sup>1</sup>. A primeira prisão de Diolinda, por exemplo, ocorreu

<sup>1</sup> Trabalhei especificamente com este fenômeno em minha dissertação de mestrado que aborda o processo judicial desencadeado depois do episódio conhecido com “conflito da Praça da Matriz”, que ocorreu em Porto Alegre, em 1990. publicada no livro “De como a mídia fabrica e constrói uma imagem: “a degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre”, Editora Revan, Rio de Janeiro, 2005.

pouco tempo depois de sua fotografia ter sido capa de vários jornais da época durante uma ocupação de terra liderada por seu marido José Rainha Jr. no Pontal do Paranapanema.

## Movimento Sociais e a visibilidade do poder

Os movimentos sociais fizeram sua irrupção conceitual na história contemporânea associado ao movimento operário, cujas lutas por direitos sociais alargaram à força os limites previstos pelos Estados liberais de então, bem como forjaram novos consensos que foram abrindo caminho para a inscrição de novos direitos. Da luta dos movimentos operários por uma jornada de trabalho de oito horas para a conquista de feriados e férias remuneradas até os movimentos sociais contemporâneos, muitos dos quais centrados no meio ambiente, nas questões de gênero, controle de territórios (e/ou nacionalistas), de minorias étnicas e religiosas, percebe-se que a naturalização dos novos valores dos quais eram porta-vozes foi tributária do fato de que suas “palavras de ordem” foram de algum modo ouvidas no espaço público, ou seja, mediatizadas pelos meios de comunicação que operavam em suas respectivas épocas.

Considerar a camada que envolve a relação dos movimentos sociais com os meios de comunicação de massa e a arena construída entre ambos como um espaço de análise se apóia em uma observação publicada em um jornal francês no século retrasado e reproduzida por Patrick Champagne (1998: 179)

Foram os jornais dedicados à política de todos os matizes que inventaram os Meetings e as Manifestações para espicaçar a curiosidade dos leitores e aumentar suas tiragens.

O único meio de impedir as manifestações encontra-se menos no reforço da força armada do que na abstenção de notícias veiculadas por esta imprensa.

*La Revue des travaux publics* (22 de março de 1883).

Descontando-se o exagero da proposição que atribui aos jornais do século XIX a criação destas formas de mobilização e não aos movimentos sociais que muitas vezes eram representados por estas publicações, é fato que se a dominação e as formas de controle social fossem monolíticas nas sociedades onde se travaram essas batalhas, teria sido particularmente fácil para o sistema coibi-las, simplesmente proibindo sua visibilidade nos meios de comunicação de massa. Subterraneamente, entretanto, esses valores consubstanciados na demanda por novos direitos, apesar das oposições, muitas vezes violentas, que enfrentavam, vinham já infiltrando-se nas redes de sociabilidade, construindo lentamente um novo senso comum e abrindo caminho para que fossem reconhecidas e incorporadas pela sociedade e, a seguir, formalizadas pelo Estado. Entretanto, como se trata de lutas antagonistas, é importante ter em mente que o processo de cristalização e naturalização das demandas encampadas pelos movimentos sociais é longo, com avanços e recuos. Neste percurso, quando os chamados “limites de compatibilidade” do sistema são pressionados, é comum acionarem-se processos de silenciamento destas lutas, de forma mais ou menos eficaz, particularmente dentro do panorama atual, dominado por grandes corporações de mídia, que, no caso do Brasil, estão nas mãos de menos de uma dezena de famílias.

Para dar início a esta análise, vou me debruçar em Alberto Melucci, autor cuja conceituação de “movimentos sociais” é particularmente interessante para se analisar as lutas sociais contemporâneas, tendo como pano de fundo seu relacionamento com os meios de comunicação de massa, porque sua formulação rompe com as interpretações que procuravam incorporar os movimentos sociais nos projetos políticos teóricos de quem os retratava, assim como com a noção empírica deste conceito, fazendo questão de frisar que movimento social é um “objeto construído pela análise”, ou melhor, uma lente que se usa para se analisar determinados fenômenos. Deste modo, ele constrói uma definição

suficientemente plástica para classificar seus “profetas do presente”: “ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta um conflito e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do sistema ao qual a ação se refere”. Neste processo, Melucci, dá particular ênfase à construção da identidade coletiva, que para ele não é um dado ou uma essência e sim “produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre os atores” (2001, p. 23), ou seja, é uma identidade interativa e compartilhada, resultante do que “vários indivíduos produzem acerca das orientações da ação e o campo de oportunidades e de vínculos que esta ação se coloca” (2001, p. 68). É através deste processo que se criam novos códigos culturais e as novas alternativas simbólicas que definem a identidade coletiva que não são produto somente de decisões pautadas na “racionalidade instrumental”, pois incorporam fortes ingredientes emocionais.

Segundo Melucci, o papel dos movimentos sociais é “provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma” e, desse modo, explicitar “conflitos e necessidades de mudança”, operando “como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tendem a ocultar” (MELUCCI, 2001, p. 123).

Esta definição de movimento social é interessante para se analisar o processo empreendido pela luta pela terra no Brasil, onde o maior sujeito coletivo é o Movimento Sem Terra, sob o aspecto simbólico de enraizamento ou não de um novo consenso em torno do “valor” democratização da terra através de uma reforma agrária, principal bandeira de luta deste movimento social altamente organizado<sup>2</sup>. Ou seja, a definição de Melucci sugere um caminho de análise da luta por reforma agrária como “luta simbólica”, nos termos de Bourdieu, ou seja, “pelo poder de conservar ou transformar o mundo social, conservando ou transformando as categorias de percepção deste mundo” (BOURDIEU, 1989, p. 142), ou seja, trata-se de uma luta social para a imposição de novos significados e novos códigos culturais, considerando-se, neste caso, o modo como ela é deflagrada na arena virtual dos meios de comunicação de massa.

Embora este trabalho se apóie na conceituação que Melucci dá aos movimentos sociais, não compartilho com sua crença de que hoje o sistema não tem mais centro, constituindo-se em “uma rede de relações entre diferenciadas e relativamente autônomas estruturas que devem ser mantidas em equilíbrio” (1996, p. 208). Por esta razão, segundo ele, “nenhuma mudança pode afetar simultaneamente todos os níveis do sistema, já que cada um de seus vários componentes funciona de acordo com sua própria lógica”.

Por outro lado, compartilho com este autor do abandono de qualquer noção teleológica de transformação social, no sentido de pensar esta possibilidade como um processo global, homogêneo, direcionado para determinado fim, pois ele é inadequado para análise das sociedades complexas, mesmo porque, particularmente no que concerne a qualquer mudança social – e mesmo individual – há suficientes dados históricos comprovando que mesmo os direcionamentos mais claros e finalistas da ação humana sempre correm o risco de provocarem desdobramentos inesperados. No entanto, acho inteiramente possível identificar o centro do sistema capitalista contemporâneo, sobretudo do ponto de vista de um país inserido de forma subordinada na ordem global, hoje dominada pelo capital financeiro e pelas corporações transnacionais. Isto porque considero que, em uma época em que há o predomínio da globalização neoliberal, o espaço do mercado tem hoje peso consideravelmente maior do que os demais cinco espaços estruturais (doméstico,

<sup>2</sup> Segundo Caldart (2004, p. 131), existe um debate teórico sobre a identidade política do MST. Para Martins, ele seria uma “organização política”, para Scherer-Warren, um “novo movimento social”, para Fernandes, um “movimento socioterritorial”. Segundo ela, o único consenso entre os autores é que o sentido originário da categoria “movimento social” ou “movimento de massas” não dá conta de explicar o MST que, por sua vez, se considera “organização de massas”. A meu ver, apoiando-me no raciocínio de Leonilde Medeiros, como todo e qualquer movimento social tem uma dimensão organizativa não há porque não incluir o MST nesta categoria. A meu ver, o que ele traz de específico não se choca com a histórica compreensão da categoria movimento social inicialmente formulada para identificar os movimentos operários. O que singulariza o MST, a meu ver, é produto da época histórica e da região onde ele surgiu, assim como das características de sua expansão pelo país.

da produção, da comunidade, da cidadania e mundial) conceituados por Boaventura de Souza Santos (2000). Estes espaços são articulados aos seis modos básicos de produção de poder, de direito e de conhecimento que se inter-relacionam como constelações políticas que se articulam de maneira específica e promovem múltiplas dimensões de desigualdade e opressão. Tendo-se em vista que o projeto sócio-cultural da modernidade acabou confundindo-se com a trajetória hegemônica dos processos e relações capitalistas de acumulação, neste atual estágio do capitalismo, a regulação está subordinada a processos sociais hegemônicos que orbitam predominantemente em torno do princípio de mercado que, como ressalta Jameson, “é a um só tempo uma ideologia e um conjunto de problemas práticos institucionais” (1996) que vem fundamentando a globalização do capitalismo financeiro ao mesmo tempo em que é visto como a panacéia para todos os males da sociedade contemporânea, já que sua retórica vem servindo para legitimar ou deslegitimar discursos à direita e à esquerda.

Mais especificamente, se formos olhar para o lado da questão levantada pelo MST, ou seja, em termos de combate ao monopólio da terra, a centralidade do lugar social dos grandes proprietários rurais e a manutenção de sua influência política ao longo da história brasileira, suas sucessivas metamorfoses, incorporando conteúdos “modernos” a práticas arcaicas, em suma, sua hegemonia social deve-se ao fato de que eles se articulam com valores dos espaços de mercado e de produção. Já a importância que este segmento social adquiriu no Governo Lula se explica pela centralidade dada por sua política econômica às divisas obtidas com a exportação de produtos primários produzidos em grandes fazendas altamente tecnificadas. Portanto, a obtenção da identificação dos grandes proprietários rurais com conceitos hegemônicos, no atual estágio do capitalismo, indica que a cerca das grandes propriedades rurais são “limites de compatibilidade do sistema” rígidos, o que sugere que uma eventual alteração desta estrutura fundiária tende a gerar desdobramentos mais profundos na sociedade brasileira e, mesmo, latino-americana.

Por outro lado, romper com a idéia de visões totalizantes da política e dos fenômenos sociais não implica necessariamente em renunciar a expor a visibilidade do poder que ocupa o centro do sistema e que, de fato, se expressa em diversas camadas e não em um determinado local. Sua lógica é compartilhada e imposta pelos países do centro do sistema capitalista mundial, mais particularmente os de cultura anglo-saxônica (BOYER, 1996). Embora tenha diversos níveis, o sistema possui alguns de densidade maior, reunindo-se em seu centro e que, portanto, são mais difíceis de serem atingidos tanto ideológica, militar, como economicamente.

Além disso, quando Melucci descreve o que ele classifica de “desaparecimento da distinção convencional entre Direita e Esquerda”, incorre em um erro grave de interpretação, sobretudo no que se refere ao exemplo que ele se pauta que são os movimentos pró e contra o aborto. Primeiramente, Melucci desconsidera o fator “igualdade” embutido no uso histórico da noção esquerda, sugerindo que a definição tradicional do termo “direita: se referia a uma orientação direcionada ao passado e “esquerda” a uma orientação direcionada ao futuro” (1996, p. 213). Nesse sentido, segundo ele, muitos movimentos contemporâneos teriam um caráter “anti-moderno”, como o movimento ecológico, por denunciar o fim da linearidade do progresso, o que é correto, mesmo porque livra a noção de emancipação de sua ligação com os “mitos modernos” de sua origem (progresso, liberação e revolução). No entanto, o caráter progressista destas demandas independe do conceito usual de “progresso”, muitas vezes associado a desenvolvimento das forças produtivas. “Progressista” é um conceito altamente vinculado à promoção da “igualdade”, que junto com a “liberdade” tornaram-se idéias cardinais da modernidade ocidental e que tem, talvez, entre seus primeiros paladinos, Rousseau com seu “Discurso sobre a Origem da Desigualdade”. Como a igualdade fazia parte do programa e da ideologia da classe ascendente de comerciantes e capitalistas industriais, serviu para “mostrar que o que merecia ser tratado como igual estava efetivamente institucionalizado como desigual”, na sociedade feudal. O fato de que a institucionalização da equação liberdade/igualdade, com suas garantias de acesso livre e igual ao mercado, à legislação e ao processo político não conduziram de fato a uma igualdade real é, na visão de Claus Offe (1984, p. 57) uma das razões que fizeram

surgir a própria necessidade da pesquisa sociológica, cujos modelos críticos demonstram “que a desigualdade prevalece, por motivos sistêmicos, onde a igualdade econômica e política está institucionalizada”.

O outro aspecto da visão de Melucci, que apresenta-se particularmente problemático, é quando ele aponta que a posição anti-aborto pode ter um “caráter progressista”, sobretudo nos países de Terceiro Mundo, onde essa intervenção cirúrgica assume uma feição de controle do aumento populacional, enquanto a luta contra o aborto pode ser vista como “uma luta contra o poder público para impor suas próprias decisões dentro da mais íntima esfera de influência da vida individual” (1996, p. 125). Neste momento, Melucci revela um certo relativismo enviesado, a meu ver, resultante de sua posição como intelectual oriundo do “centro” do sistema. Primeiramente, ele não se refere – como deveria, se se guiasse por sua própria proposta teórica - ao repertório social e cultural onde se origina uma posição anti-aborto que tem, no caso dos países ocidentais e predominantemente cristãos, o claro dedo de uma instituição religiosa de grande permanência no “centro” do sistema que é a Igreja Católica e, mais particularmente, o Vaticano. Por outro lado, uma coisa é o Estado descriminalizar e facultar às mulheres o uso desta técnica cirúrgica e outro é o processo de esterilização forçada recorrente em países pobres, cujo exemplo mais recente e impressionante é o Peru do governo Fujimori, onde 300 mil mulheres pobres e indígenas foram esterilizadas<sup>3</sup>. O primeiro caso não pode ser tratado como “imposição” do poder público, mas o segundo, sim. No primeiro, o consenso social em torno do uso desta técnica está consolidado em países de menor influência católica. Por outro lado, é interessante observar que o aborto só foi doutrinariamente proibido pela Igreja Católica em 1869<sup>4</sup>. Ou seja, até então era uma técnica contraceptiva mais ou menos praticada com, talvez, os mesmos riscos de vida para as mulheres, mas sem a imensa opressão moral oriunda do atual pensamento cristão, que forma o substrato cultural que dá o caldo de onde se originaram os atuais movimentos contra o aborto. Além do que, como este tema está profundamente vinculado à questão de gênero, ou seja, à luta por direitos voltados para o atendimento da demandas femininas, não é possível considerar qualquer caráter progressista para movimentos contrários à descriminalização do aborto, pois dentro do movimento feminista, que construiu talvez a principal transformação social do século XX, o controle da reprodução por parte das mulheres é um de seus eixos fundamentais.

### **A formação do senso comum e as lutas sociais**

O conceito «movimento social» desenvolvido por Alberto Melucci é herdeiro das preocupações teóricas que seu compatriota, Antonio Gramsci, desenvolve em seu texto «Introdução ao Estudo da Filosofia e do Materialismo Histórico» (1978, pp. 21-39). Nele, o grande teórico marxista redefine os termos «filosofia» e «filosoficamente», associado costumeiramente a um conhecimento produzido e dirigido por uma elite intelectual, para a concepção de que “filosofia” é «dar ao próprio agir uma direção consciente», ou seja, é um modo de reflexão próprio de “toda a gente”. Este processo é o que construiria o “bom senso”, o «núcleo sadio» do senso comum. Gramsci pontua, entretanto, que não existe um só senso comum, pois ele é “um produto e um devir histórico” e que a filosofia, este agir consciente, promove a crítica e a superação da religião e do senso comum, que não constituem uma ordem intelectual porque “não podem reduzir-se a unidade e coerência

<sup>3</sup> Barthélemy, Françoise. “Pérou: Stérilisation forcée des Indiennes”, Le Monde diplomatique, maio de 2004

<sup>4</sup> Segundo a publicação “Aborto Legal: implicações éticas e religiosas”, da ONG Católicas pelo Direito de Decidir, São Paulo, 2002, em 1869 o Papa Pio IX adotou explicitamente a teoria da personalização imediata do embrião, condenando todo aborto em qualquer estágio da gravidez e determinando a excomunhão para quem o praticar. Até esse ano não havia condenação explícita da Igreja em relação a esse tema. Segundo dados da ONG, Católicas Pelo Direito de Decidir, que tem como bandeira “Aborto: as mulheres decidem, a sociedade respeita, o Estado garante”, todos os dias no Brasil, cinco mulheres procuram os hospitais rede pública de saúde em decorrência de complicações de aborto, além de este ser uma das principais causas de mortalidade materna

‘livremente’, se bem que ‘autoritariamente’ isso poderia ocorrer”. Ou seja, a imposição de determinadas idéias, tratadas como verdades inquestionáveis, muitas vezes através de técnicas de persuasão e uso de elementos discursivos que apelam para a emocionalidade cria apelo e adesão por parte das massas. Mas se a variedade de fontes de informação representar de fato informações com variados pontos de vista, a imposição de consensos de forma autoritária torna-se mais difícil e esse consenso social passa a ser produto de mediações mais complexas, abrindo caminho para uma reflexão mais consciente.

“Criar uma nova cultura”, para Gramsci, portanto, é muito mais do que “fazer individualmente descobertas «originais». Significa também e especialmente difundir criticamente verdades já descobertas, «socializá-las», por assim dizer, e fazer com que se tornem bases de ações vitais, elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral.” (1978, p. 23)

A partir desta redefinição conceitual, Gramsci levanta o questionamento chave: “por que e como se difundem, tornando-se populares, as novas concepções de mundo?” (GRAMSCI, 1978, p. 35). Na concepção de Melucci, esse resultado é o que indicaria a eficácia da ação dos movimentos sociais, ou seja, quando a inovação cultural da qual são portadores é incorporada pela sociedade e os valores enunciados por eles tornam-se naturalizados, criando um novo senso comum. Gramsci continua seu questionamento, argumentando interrogativamente o que estaria influenciando esse processo de difusão, onde as lutas sociais ainda se dão com o uso das palavras velhas, mas construindo nesta ampliação de seu significado, sua superação. Seriam “a forma racional em que a nova concepção é exposta e apresentada, a autoridade (enquanto reconhecida e apreciada pelo menos genericamente) do expositor e dos pensadores e cientistas que o expositor chama em sua defesa, o pertencer a uma mesma organização de quem sustenta a nova concepção (depois porém de ter entrado na organização por outro motivo que não seja o compartilhar a nova concepção)?”, pergunta ele (Idem: 35).

O contemporâneo Melucci também esboça a constatação de Gramsci de que esta difusão de valores “é ao mesmo tempo de substituição e, muitas vezes, de combinação entre o novo e o velho” (Ibidem). Segundo Melucci, este processo sempre aconteceu na história dos movimentos, pois “os novos atores falam sempre velhas linguagens porque não têm ainda uma linguagem própria. Enquanto se formam, utilizando a herança dos movimentos que os precederam, se enraizam na memória e nos símbolos do passado” (2001, p. 82). Embora, necessária até por conter um fator de legitimação para as lutas destes movimentos, Melucci acha que o uso das palavras de outras épocas “cria toda a ambigüidade e a dificuldade de um momento de passagem” (Idem), que se dá em um contexto, como o atual, em que nem sequer há consenso na definição do tipo de sociedade que vivemos: pós-industrial, pós-material, sociedades complexas, etc, e onde as ciências sociais enfrentam, no dizer deste autor, “a fraqueza de seus instrumentos conceituais”, o que, no entanto, na visão dele, pode ser o primeiro passo de uma nova compreensão e de um aprimoramento destas ferramentas.

Procurando responder um pouco a questão colocada por Gramsci, a partir do raciocínio de Sidney Tarrow, pode-se considerar que os meios de comunicação de massa são hoje em dia os espaços que são mais socialmente autorizados para difundir as informações produzidas pelos movimentos sociais, constituindo um novo senso comum, embora muitas vezes condenando-os e estigmatizando-os socialmente. Isto porque estes veículos de comunicação instituem-se enquanto negócio a partir de um pacto de credibilidade estabelecido com seus consumidores pelo qual se define que suas produções simbólicas retratam a realidade social. Seus leitores, telespectadores e ouvintes utilizam-se desses serviços imbuídos desta crença que compõe substancialmente a experiência do social nas sociedades contemporâneas. Como observa Sidney Tarrow, “os movimentos contemporâneos são mais dependentes da formação de um consenso através da mídia do que a mídia é dependente deles” (TARROW, 1994, p. 129). Por esta razão, para ampliar seus participantes, divulgar nacionalmente suas ações, impressionar o poder e o resto da sociedade com sua força, esses movimentos precisam estruturar suas ações em uma linguagem que chame a atenção das mídias e faça com que ela as transmita. Mas, ao



“fazerem a notícia”, os movimentos também entram em uma esfera de risco de significação, pois “não podem fazer a mídia publicar essas notícias do jeito que lhes é mais favorável”. (idem)

Independente de conquistarem ou não a atenção das mídias para pressionar o Estado a atender suas demandas, os movimentos sociais contemporâneos investem na construção de mobilizações inovadoras que agreguem seus participantes, com seus símbolos, bandeiras, músicas, palanques e microfones, porque estas ações se fundam também na construção interna da solidariedade de seus militantes, fortalecendo seus laços entre si e sua vinculação ao movimento, independente de serem ou não ignoradas pelas autoridades governamentais. Junto a essas práticas, esses movimentos também foram incorporando técnicas como as coletivas de imprensa convocadas para um horário razoavelmente antes da emissão dos principais telejornais televisivos, assim como foram destacando alguns de seus militantes para funcionar como porta-vozes e servir de referência para os jornalistas, cuja produção simbólica segue regras de construção para conferir um maior grau aparente de objetividade, produzindo discursos que, por exemplo, precisam sempre das tais “aspas”, oriundas da fala de uma liderança que possua prestígio para desempenhar esse papel. Deste modo, os próprios movimentos sociais foram construindo formas de se relacionar com esses profissionais de mídia e seus veículos de modo a garantir visibilidade para suas demandas porque eles também os consideram espaços autorizados, embora pouco confiáveis, para a difusão dos novos valores que sua luta social constrói.

Este relacionamento dos movimentos sociais com a mídia acaba sendo determinante em uma sociedade como a atual, em que a experiência da realidade social se dá intensamente por informações mediatizadas pela televisão, rádio, internet e páginas de jornais e revistas, e onde as diversas formas de mobilização ativas pelos movimentos sociais dependem muito de que sua “palavra” esteja presente nessas arenas virtuais, cuja forma e conteúdo estruturam os quadros cognitivos dos consumidores de comunicação e a realidade na qual operam e tomam posições. A própria linguagem mobilizatória criada pelos movimentos sociais é muitas vezes construída tendo em vista atingir esse alvo. É, portanto, através desses veículos de comunicação onde pode ser constatado ou não o processo de consolidação da “nova cultura” proposta pelos movimentos sociais, gerando um novo consenso que se torna, futuramente, parte do senso comum.

Para Melucci, o ambivalente “discurso público” fornecido pela mídia é “produto resultante de um complexo jogo de interações, no qual intervêm, certamente, os objetivos e interesses dos grupos de poder e dos aparatos públicos”, e para o qual contribuem “com um papel não subalterno” os profissionais de comunicação e os usuários dessas produções simbólicas que compõem este discurso público através “da filtragem das mensagens, da ativação das redes comunicativas quotidianas, das escolhas de consumo que levam aos diversos meios” (MELUCCI, 2001, p. 144).

É esta incorporação de “todos” na análise da produção simbólica da mídia, ou seja, dos intelectuais, dos profissionais da comunicação, dos atores políticos, cidadãos e consumidores de mensagens das mídias na construção da ambivalência do discurso público, cada qual “em graus diversos e com diverso poder e conhecimento”, que remete à questão do senso comum levantado por Gramsci. Ou seja, existe um repertório do qual é retirado este discurso, ele próprio composto por diversas camadas de senso comum, vinculadas muitas vezes às atividades profissionais de determinados grupos sociais e, claro, algumas delas mais influentes do que as outras, como é o caso do senso comum dos jornalistas. Todos participam, de certo modo, da construção do discurso midiático porque na hora de se pautarem, ou seja, quando as redações dos veículos de comunicação definem o que será objeto de cobertura jornalística, esses profissionais partem de um senso comum que pressupõe o que deve chamar mais atenção de seu público, ou seja, eles são dotados de um senso comum direcionado para a produção desta construção social chamada notícia, produção simbólica que se constitui no relato de eventos socialmente relevantes, cuja singularidade frequentemente depende não só da factualidade como também do apelo emocional que são capazes de suscitar, já que dentro da profusão de mensagens que são

produzidas no nosso cotidiano, os critérios de racionalidade na seleção destes eventos, incluído na questão formulada por Gramsci, já não são mais suficientes.

Por esta razão, a escolha das mensagens nas quais iremos ou não prestar atenção em meio a um mundo em que circulam tantas e diversas informações, que serão comentadas com familiares, vizinhos, conhecidos, colegas e amigos, optando-se até por procurar saber mais e participar mais ativamente de seus desdobramentos, é produto da posição social e do capital cultural e social que cada um de nós carrega. Criar sensibilidade ou não a determinadas problemáticas que não fazem parte do cotidiano, por exemplo, de quem mora em grandes centros urbanos, como é o caso da concentração da propriedade da terra no Brasil, pode ser fruto de um acaso qualquer, pois dificilmente buscam-se informações que não atingem diretamente o nosso cotidiano se elas não têm capacidade de produzir impactos, manchetes e imagens fortes.

### As prisões de Diolinda

Em 30 de outubro de 1995, a mulher do líder do MST no Pontal, José Rainha Jr. foi presa pela primeira vez no Estado de São Paulo. Diolinda Alves de Souza abriu a porta da casa para os policiais, recebendo-os “como visitas”<sup>5</sup>. Eles entraram, deram-lhe ordem de prisão e a algemaram na frente do filho João Paulo, então com 2 anos, que ela acabava de ter levado ao médico, onde teria marcado uma cirurgia para o menino. No mesmo dia, outra liderança do Pontal, Marcio Barreto, foi preso no Fórum da Cidade, depois de atender ao convite do delegado de polícia para ir até lá para ter uma conversa. Ninguém até então sabia que corria, em sigilo, um processo por formação de quadrilha que arrolava além dos dois presos, José Rainha Jr. e Laércio Barbosa, que conseguiram escapar da prisão, se escondendo na própria região. A prisão preventiva de Diolinda e de Marcio havia sido solicitada pelo juiz da Comarca de Pirapozinho, cujo inquérito baseava-se sobretudo nas reportagens que saíam nos jornais de São Paulo, citando ela e os demais como líderes das “invasões” de terra que o MST vinha promovendo nas terras do Pontal do Paranapanema. Diolinda, na época, comandava um programa de rádio do MST na região, mas não era uma liderança das ocupações de terra. Já havia participado da Coordenação Nacional do MST e militado pelo movimento em outros estados, mas, após o casamento com Zé Rainha, vinha dedicando-se mais a cuidar da casa e do filho do casal.

De qualquer modo, as circunstâncias da prisão de Diolinda, algemada dentro de sua casa e na frente do filho de 2 anos, sensibilizaram os jornalistas e seus editores que já vinham dando atenção aos conflitos de terra ocorridos na região. Esta atenção acabou gerando grande repercussão, levando-a para a capa dos jornais de circulação nacional, tornando-a objeto de matérias de TV e de rádio, durante os 17 dias de sua prisão, que geraram, além das mobilizações de protesto organizadas pelo MST em todo país, visitas de personalidades políticas, como Luís Inácio Lula da Silva, aos dois militantes presos na capital paulista. A detenção no Carandiru tornou Diolinda uma celebridade solicitada para inúmeras entrevistas, reportagens especiais e programas de TV logo que ela foi posta em liberdade.

Uma dessas reportagens foi capa da Revista da Folha, publicação dominical do jornal Folha de S. Paulo, com foto da sem-terra tirada no estúdio de um badalado fotógrafo de moda, Bob Wolfenson. O perfil assinado pelo repórter Armando Antenore descreve a moça que havia ganho notoriedade repentina com a prisão e que passava a dar um rosto fotogênico para a luta do MST. Militante experiente e articulada, Diolinda cumpria a risca o papel que lhe cabia, repetindo em várias dessas ocasiões, inclusive nesta entrevista dada durante a sessão de fotos, que estava “aproveitando a oportunidade para divulgar” a causa do MST. “Quem está famosa não é a Diolinda. É a luta pela reforma agrária”, disse ela, com um “tom” que o repórter classificou como “messiânico”. A reportagem cita que ela já tinha sido presa outras três vezes por ter participado de ocupações de terra em Pernambuco,

<sup>5</sup> Segundo relato da própria, na época.

Sergipe, Paraíba, Maranhão e Paraná, “nenhuma tão longa e rumorosa quanto a quarta, no Carandiru”<sup>6</sup>. Apesar de seu currículo prisional, naquele ano Diolinda foi chamada até pelo “Fantástico” para participar do amigo secreto promovido pelo programa da TV Globo que ia ao ar no período natalino. Ou seja, apesar de estar representando um movimento social que pressiona os limites de compatibilidade do sistema, um veículo de comunicação com hegemonia na sociedade brasileira buscava veicular sua mensagem, ou melhor, a sua imagem.

A repercussão da primeira prisão da Diolinda pegou de surpresa o próprio MST que já havia lidado com a prisão de várias de suas lideranças, sobretudo durante o governo Collor. Seu procedimento usual para obter o relaxamento das prisões preventivas era a promoção de campanhas públicas entre entidades, personalidades e organizações “amigas” para o envio de cartas para pressionar os Tribunais de Justiça estaduais a revogarem as detenções, o que evidentemente levava mais tempo. Uma de suas destacadas lideranças femininas, Ivanete Tonin, a Nina, tinha amargado seis meses de prisão, em Dourados no Mato Grosso do Sul em 1992. Em entrevista ao Jornal Sem Terra<sup>7</sup> quando ainda estava detida, Nina, então com 22 anos, já refletia sobre a decisão do juiz local de mantê-la presa, apesar do relaxamento da prisão de outros dez sem-terras detidos com ela durante o despejo de uma ocupação em Rio Brilhante, em julho do mesmo ano. “Nós, os trabalhadores, e os donos do poder sabemos porque eu estou aqui. A opinião pública é que pode não saber”. De acordo com uma campanha que o MST vinha promovendo na época para obter sua liberdade, o juiz João Rosa de Lima negava o relaxamento da prisão de Nina porque ela representava “perigo para a ordem pública”.

Em 1995, a situação política em torno da luta pelo MST era outra e, sobretudo, no caso de Diolinda, sua detenção se dera em um presídio na capital paulista, o que, descobriu-se rapidamente, fazia uma grande diferença. Apesar da notoriedade e da simpatia que conquistara junto à opinião pública, menos de três meses depois de sua primeira e mediatizada detenção, Diolinda foi presa pela segunda vez no dia 25 de janeiro de 1996, pela mesma acusação de formação de bando e quadrilha. Zé Rainha, avisado da prisão enquanto participava do Encontro Nacional do MST, em Salvador, conseguira mais uma vez escapar do cárcere, assim como Marcio Barreto, mas outros militantes do Pontal, como Felinto Procópio, Laércio Barbosa e Cláudio Cano acabaram presos na mesma ocasião. Desta vez, o cárcere de Diolinda foi o Presídio Feminino de Álvares Machado, em uma cela com outras cinco mulheres que cumpriam pena por tráfico de drogas, roubo de carros e homicídio. Os demais militantes presos foram levados para a Cadeia Pública de Presidente Prudente. A distância da capital paulista já se fez sentir na diminuição da cobertura jornalística desta detenção. A ida de personalidades como a então deputada Marta Suplicy e do senador Eduardo Suplicy é o que atraía holofotes para o local.

Não por acaso, portanto, a segunda detenção de Diolinda, no interior de São Paulo, foi bem mais longa: 46 dias. Os líderes do MST do Pontal só foram libertados no dia 12 de março, a partir de uma decisão, até então inédita, do Superior Tribunal de Justiça. Os juízes deram o *habeas corpus* afirmando que a prisão preventiva no caso do processo por bando e quadrilha envolvendo os líderes do MST era desnecessária por que não os consideravam ameaça à ordem pública. Solicitaram, entretanto, que houvesse pagamento de uma fiança de R\$ 667,00 por cada um dos indiciados, que continuariam a responder ao processo em liberdade. Um dos juízes do STJ, Ministro Luiz Vicente Cernichiaro, justificou seu voto argumentando que a reforma agrária estava posta na Constituição Brasileira e que, como há “demora” na implantação do programa por parte do governo, os líderes do MST não promoviam “esbulho possessório” ao promoverem as ocupações nem ameaçavam a ordem pública:

<sup>6</sup> Revista da Folha (edição paulistana), domingo, 17 de dezembro de 1995. Nas edições nacionais do jornal “Folha de S. Paulo”, as principais reportagens desta revista sai publicada no corpo do jornal, no caderno “Cotidiano”.

<sup>7</sup> Jornal Sem Terra, novembro de 1992, p. 11.

A ordem pública precisa ser recebida no contexto histórico. E também, assim, o modo de atuação das pessoas. As chamadas classes sociais menos favorecidas não têm acesso político ao governo, a fim de conseguir preferência na implantação de programa posto na Constituição da República.

Já o juiz Adhemar Maciel invocou “o uso do direito de resistência” para justificar as ações do MST”:

Não seria uma reforma agrária de baixo para cima, uma pressão social, já que o governo está ‘tranquilo’ há não sei quantos anos – quando todas as nossas Cartas e as nossas Constituições estão apregoando a reforma agrária?

Maciel inclusive abordou em seu voto “o aspecto jurídico-político da igualdade perante a lei e a igualdade na lei”, pois ela “muitas vezes está na Constituição, na lei. Mas é puramente formal”.

A terceira prisão de Diolinda ocorreu em 10 de setembro de 2003. Seu marido José Rainha estava preso desde julho do mesmo ano. Provavelmente, a prisão do líder do MST não foi por acaso, já que em maio, alguns meses antes, ele fora objeto de uma reportagem de capa da revista *Veja*, que retratava um grande acampamento de sem-terras que estava se formando na região do Pontal motivado em grande parte pelas expectativas geradas pelo governo Lula. Quando os mandados de prisão foram expedidos por ordem do juiz Átis de Souza Araújo, de Teodoro Sampaio, descobriu-se que também estava arrolado no processo por formação de quadrilha o irmão dele, Carlos Rainha, que é advogado e trabalhava na secretaria nacional do MST, na capital paulista. Era o primeiro ano do governo Lula e foi a primeira vez, nos 20 anos de existência deste movimento social, que sua sede nacional fora cercada pela polícia. Os policiais, imbuídos do mandado de prisão, queriam entrar nas dependências do prédio, no bairro central de Campos Elísios, para prender o advogado, que não se encontrava no local e permaneceu foragido até a obtenção do *habeas corpus* que soltou Diolinda e outros nove integrantes do MST presos, no dia 3 de novembro do mesmo ano. Zé Rainha que respondia também a um processo por porte ilegal de armas só foi solto em dezembro. Desta vez, poucas pessoas ouviram falar da prisão da militante do MST, agora mãe também de uma menina, Sofia. Foram cerca de dois meses de cárcere e pouca repercussão midiática.

## Conclusão

As prisões de Diolinda de certo modo retratam os percursos recentes da luta pela reforma agrária no Brasil e, de certo modo, são um sintoma do impasse que cerca esta medida política no país. Em 1995 e 1996, a mulher de Zé Rainha cativou os profissionais da imprensa com sua história. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, sua prisão e o próprio cerco à Secretaria Nacional do MST, na capital paulista, não foi percebida por eles como um fato jornalístico digno de nota, mesmo no contexto de um governo do Partido dos Trabalhadores. Usando expressão cunhada pelo jornalista, Bob Fernandes, estes eventos foram recebidos com “estrondoso silêncio”, sem o que no jargão jornalístico, chama-se “repercussão”. A chamada repercussão só ocorre quando o fato classificado como “notícia” sai em um veículo de prestígio e é repetido pelos demais. Na época da primeira prisão de Diolinda, ocupavam esta posição no país os jornais “Folha de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo”, “O Globo”, “Jornal do Brasil”, e as revistas “Veja” e “Isto É”. Também fazem parte deste ranking - com poder de repercussão bem mais acentuado - os telejornais televisivos, especialmente o “Jornal Nacional”, da TV Globo. Não basta, portanto, ser notícia em um desses veículos, todos concentrados na região Sudeste do Brasil. O que conta é o fato de os demais veículos que se situam no mesmo patamar de prestígio e credibilidade reproduzirem a notícia, darem “suíte”, ou seja, destacarem seus repórteres a continuarem

acompanhando os desdobramentos do evento jornalístico, como no caso da primeira prisão de Diolinda, dando atenção ao caso até sua suposta “conclusão”.

Estes meios de comunicação situados no Sudeste do país também possuem a peculiaridade de definirem o que será a “agenda nacional” tanto em termos de debate político como em termos de consumo de produtos culturais classificados de “artísticos”, de “entretenimento” ou mesmo no que se refere a práticas e costumes sociais. Justamente pelo fato de que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo continuarem sendo as capitais culturais e econômicas do país, é que, apesar do deslocamento do centro de poder para Brasília, são os principais veículos de comunicação destes estados os que determinam a “agenda nacional” jornalística do país, sendo, em geral, imitados pelos veículos localizados nas demais regiões.

Neste processo de construção da notícia, conta-se muito com o impacto que personalidades tornadas públicas geram nos jornalistas. Muito afeitos ao chamado “personalismo”, faz parte da técnica jornalística procurar sintetizar fatos em personalidades. Diolinda havia cativado a curiosidade jornalística em 1995. Em 2003, ela já não era “novidade” ou as lentes jornalísticas não se interessaram em se aproximar deste fato para descobrir as singularidades que esta prisão poderia ocultar.

Já na época da primeira prisão de Diolinda, as lutas do MST em um estado altamente industrializado como São Paulo eram novidade para estes jornalistas, embora elas ocorressem desde o início da década de 80, próximas inclusive de grandes centros urbanos como Campinas, tendo originado um assentamento em Sumaré, município da região metropolitana desta cidade. Em 1995, marcava-se um novo patamar para a luta do MST, quando após o seu III Congresso em Brasília, durante o qual foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, este movimento originado dez anos antes, no Sul do país, passou a ser objeto de interesse mais intenso por parte de jornalistas que trabalhavam nas sucursais paulistas dos principais jornais do país. Diversos repórteres disputavam entre si os possíveis “furos” gerados por pautas envolvendo os líderes sem-terra que, na época, promoviam grandes acampamentos e ocupações na região do Pontal do Paranapanema, área de grandes fazendas formadas em terras devolutas.

Região mais atrasada de São Paulo, estado que – junto com o Rio de Janeiro – concentra o poder econômico e simbólico dos meios de comunicação, o Pontal do Paranapanema tornou-se o ponto nevrálgico da luta pela reforma agrária durante o governo Fernando Henrique Cardoso. As terras devolutas desta região, griladas ainda no século XIX, projetaram a questão agrária brasileira justamente em um ponto onde curiosamente construiu-se uma enorme cortina de silêncio social no país, que são as grandes propriedades irregulares, forjadas em cartórios.

No caso do Pontal do Paranapanema, em 1995, dos seus cerca de 1 milhão de hectares, 20% eram privados. Outros 40% eram terras decretadas devolutas, ou seja, eram propriedades do governo paulista. Os 40% restantes ainda não tinham definição da Justiça, em um processo que poderia durar até 20 anos para ser julgado. Um levantamento em satélite realizado pelo Incra, na época, demonstrou que boa parte das terras da região eram improdutivas. Matéria publicada no jornal “Folha de S. Paulo” (3/02/1997), dizia que o Incra não divulgava esses resultados para evitar novas “invasões”.

Em 2003, a região do Pontal, com mais assentamentos e atuação de outros movimentos sociais, além do MST, continuava sendo objeto de conflitos fundiários e Diolinda havia sido presa no primeiro ano de presidência de um político que, no período de sua primeira prisão em 1995, foi visitá-la no Carandiru. Embora tenha sido objeto de notícia em alguns veículos de comunicação, a terceira prisão foi bem mais apagada em termos de repercussão, refletindo um processo social que possibilitava este silenciamento, o desinteresse social sobre o tema.

Em 1995 e 1996, quando o MST organizou trabalhadores rurais para ocupar as áreas devolutas do Pontal, a situação da região foi divulgada nacionalmente, obtendo visibilidade e uma decisão em instância superior do Poder Judiciário brasileiro que determinou a soltura dos militantes do MST com pareceres que revelavam um avanço concreto de compreensão de setores do Estado sobre a legitimidade da luta empreendida

por este movimento social para obter a realização da reforma agrária. Naquele caso, os sem-terra acabaram ganhando a luta simbólica que está no bojo de qualquer luta política, pois conseguiram transformar o senso comum que existia em relação à posse das terras daquela região, hoje publicamente reconhecidas como devolutas. Ao questionar a legitimidade da posse das terras do Pontal, entretanto, o MST estava mexendo com a ponta de um “iceberg” que poderia gerar o questionamento da posse de propriedades espalhadas por todo o Brasil.

É interessante notar que provavelmente boa parte destes donos de propriedades questionáveis mora no Estado de São Paulo. Segundo o falecido ex-presidente do Incra e grande defensor da reforma agrária, José Gomes da Silva, os proprietários de terra residentes em São Paulo concentravam em suas mãos 2, 35 vezes a dimensão do Estado. Em suma, um dos desdobramentos possíveis da luta do MST no Pontal poderia ser colocar na agenda nacional a questão das irregularidades fundiárias existentes no país, geralmente concentradas nas mãos de grandes proprietários. Hoje, entretanto, esta situação nebulosa da estrutura fundiária brasileira é um dos pilares de sustentação do que hoje convencionou-se chamar de “agronegócio”<sup>8</sup>. Não é por acaso que este modo de exploração agrícola foi avançando para regiões de terras devolutas como os cerrados baianos, o sul do Piauí e o Mato Grosso, este último governado neste período por um novo “rei da soja”, Blairo Maggi, que possui 200 mil hectares em uma região onde se encontra um “mistério fundiário” ainda sem explicação: a soma das terras registradas do Mato Grosso é maior do que a superfície territorial do estado<sup>9</sup>.

Se, para Melucci, um movimento social só é eficaz quando a inovação de valores da qual ele é portador se naturaliza na sociedade e ele deixa, inclusive, de existir, o MST, embora tenha sido eficiente ao trazer a demanda da reforma agrária para o centro do debate político, durante o governo Fernando Henrique, trouxe-a, no entanto, de modo insuficiente e precário porque suas demandas tornaram-se facilmente neutralizáveis durante o governo do partido, o PT, com o qual mantinha mútuas relações de apoio. As três prisões de Diolinda Alves de Souza e as repercussões que elas obtiveram pontuam de forma eloqüente esta situação. Evidente que este processo foi fruto também de algumas campanhas midiáticas que procuraram deliberadamente desmoralizar o MST, que volta e meia surge em matéria desqualificadoras nas páginas de jornais e revistas do centro do país, com atenção especial à revista *Veja*<sup>10</sup>. Por procurar romper os limites de compatibilidade do sistema, os sem-terra de um movimento altamente organizado como este serão sempre alvo de campanhas midiáticas deste caráter, como o eram seus companheiros operários do século XIX e XX, se não forem objeto do tal “estrondoso silêncio” da mídia brasileira, que muitas vezes segue a cartilha pregada pelo articulista do *La Revue des travaux publics*, em 1883. Isto até os sem-terra do MST conseguirem difundir sua nova cultura, um novo senso comum em torno de um outro modo de apropriação da terra no Brasil. Mesmo a desarticulação e o esquecimento a que correm risco não tem o poder de fazer adormecer indefinidamente nos vãos da história uma demanda assim tão profunda e popular no país, cuja expressão mais forte foram as

<sup>8</sup> De acordo com trabalho de Claudio Severino, apresentado na ANPOCS em 2004, “agronegócio” – livre tradução “agribusiness” – é uma expressão que legitimou, sob o ponto de vista discursivo, o projeto político de seus idealizadores reunidos na ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) e que hoje tem por um de seus quadros, Roberto Rodrigues, como ministro da Agricultura do Governo Lula.

<sup>9</sup> Esta informação está presente na proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária apresentada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário pela equipe técnica chefiada por Plínio de Arruda Sampaio. Segundo esse documento, “a soma das terras privadas cadastradas, terras indígenas, de unidades de conservação, públicas e arrecadadas” dá resultados maiores também nos estados de Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins, São Paulo Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (p. 42).

<sup>10</sup> Entre as matérias emblemáticas que caracterizaram este período de “fim de namoro” da mídia com o MST, estão a série de reportagens, também publicadas, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria de Josias de Souza, centradas nos chamados “pedágios” compulsórios que os assentados tinham que pagar à organização, retirados dos créditos de produção liberados pelo governo, e a edição da revista *Veja* (3 de junho de 1998), que trazia na capa a foto do líder do Movimento, João Pedro Stedile, sob uma iluminação vermelha, com o título “A esquerda com raiva”<sup>10</sup>.

levas de sem-terras que, em 2003, acorreram aos acampamentos do MST na espera que o governo Lula fizesse, enfim, a tal reforma agrária.

Essa aparente fragilidade da posição do MST frente às decisões e iniciativas do Governo Lula deve-se, em grande parte, à importância que a exportação da produção agrícola das grandes propriedades rurais têm para sua política econômica. Mas, embora a vontade política expressa pelo MST, que se concretizaria em uma reforma econômica e não só agrária, viva hoje um bloqueio político, é importante dar-se conta que lida-se atualmente com uma inércia senão com uma antipatia da opinião pública brasileira com relação a esse tema, embora o MST tenha construído um elo com este particular “discurso público”, sobretudo com a “Marcha a Brasília”, ocorrida em 1997. De acordo com Melucci, este discurso não pode ser entendido apenas como o produto das mídias, ou seja, como produto dos “objetivos e interesses dos grupos de poder e dos aparatos políticos”, mas também deve incluir com um papel “não subalterno” os profissionais que atuam na área, bem como “as escolhas dos consumidores de comunicação”. No caso brasileiro, deve-se incluir as novelas como elementos constitutivos deste discurso público, e até neste quesito a questão agrária foi contemplada, pouco depois das primeiras prisões de Diolinda, com uma no horário nobre da TV Globo abordando essa temática: a novela “Rei do Gado”.

Ou seja, para um partido que está no poder e que, naturalmente, está imbuído do projeto de se manter no poder, o fato de neutralizar a força política que historicamente lhe apoiava indica também que, deixá-la de lado, não lhe trará grandes prejuízos políticos. Isto é paradoxal se levarmos em conta, como observa Martins (2004), que o PT valeu-se largamente do MST para produzir uma imagem negativa do governo Fernando Henrique Cardoso e de sua política agrária, assim como da CPT (Comissão Pastoral da Terra), para “produzir-se como partido salvacionista, orientado por uma mística messiânica e mesmo milenarista”. Mesmo costurando uma certa conciliação como o MST através do repasse de verbas públicas para a educação no campo, foi ficando claro já na metade de seu mandato, que o Governo Lula não tinha condição política ou interesse de atender a demanda de reforma agrária expressa não só pelo Movimento Sem Terra como por outros movimentos sociais do campo e pelos trabalhadores brasileiros que a consideram uma saída para a pobreza e a violência que enfrentam nas periferias urbanas. Isso ocorre, provavelmente, porque a opinião pública (que inclui produtores e consumidores de informação) ao selecionar os assuntos que lhe dizem respeito, no meio de uma profusão ensurdecadora de informação, escolhe, de certo modo, não prestar atenção na inovação cultural, social, política e econômica proposta pelo MST, que visa desafiar a ordem e o saber que sustentam a visão de mundo social baseada na concentração da propriedade da terra, e que, deste modo, não consegue se enraizar no imaginário social brasileiro. Cabe, quem sabe, aos sem-terra voltarem a cativá-la novamente para furar o bloqueio a que estão submetidos.

## Bibliografia

- BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989.
- \_\_\_\_\_. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOYER, Robert. The seven paradoxes of capitalism. (Mimeo) Paris, 1996.
- CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.
- CHAMPAGNE, Patrick. Formar a opinião. Petrópolis: Vozes, 1996.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978. pp. 147-236.
- GRAMSCI, Antonio. Introdução ao estudo da filosofia e do materialismo histórico. In: Obras Escolhidas. São Paulo: Martins Fontes, 1978. pp.21-39
- JAMESON, Frederic. O pós-modernismo e o mercado. In: \_\_\_\_\_. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996. pp. 268-284.
- LEDESMA, Manuel P. Cuando lleguen los días de colera (movimientos sociales, teoría y historia). Zona Abierta. Madrid, 69, 1994. p.51-120
- MARTINS, José de Souza. O Poder do Atraso. São Paulo, Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Tempo Social (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol 15, n. 2, pp.141-175, 2004.
- MELUCCI, Alberto. Challenging codes. Collective action in the information age. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- \_\_\_\_\_. A invenção do presente. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARX, Karl. O 18 do Brumário de Luís Bonaparte. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- OFFE, Clauss. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: \_\_\_\_\_. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp. 56-118.
- PEREIRA, Irotilde G. et al. Aborto Legal: implicações éticas e religiosas, das ONGs Católicas pelo Direito de Decidir. São Paulo, 2002
- PERROT, Michele. O primeiro de maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: Os excluídos da história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. pp.127-164
- SANTOS, Boaventura de Souza. Os horizontes são humanos: da regulamentação à emancipação. In: \_\_\_\_\_. A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2000. pp. 261- 327
- SANTOS, Boaventura de Souza. Subjetividade, cidadania e emancipação. In: \_\_\_\_\_. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.
- SEVERINO, Claudio. Novas estratégias de organização política dos empresários do agribusiness. In: Encontro Anual da ANPOCS, 27, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências sociais, 2004.
- TARROW, Sidney. Power in Movement: Social Movements. Collective Action and Politics. New York: Cambridge University Press, 1994.
- VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ZANETTI, Edmilson. Na região, média é de um boi por hectare. Folha de S. Paulo, São Paulo, 3 fev., 1997. Nacional, 1-8.